



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO**



ASSUNTO: Indicação de proposta para o Programa Professor Especialista Visitante (PPEV), conforme Edital PRG Nº. 22/2023.

PARECER CGIG Nº 10/2023

A Comissão de Graduação do Instituto de Geociências, na sua 1ª Sessão Extraordinária de 2023, realizada em 10 de março de 2023, em atendimento ao Edital PRG Nº. 22/2023 de Professor Especialista Visitante, manifestou-se favoravelmente à indicação da seguinte proposta: **Geomorfologia básica e aplicada para a abordagem dos territórios do Antropoceno** da Dra. **María Victoria Soto-Bäuerle** (Universidad de Chile).

Encaminhe-se à Congregação para as providências cabíveis.

Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, 10 de março de 2023

Profa. Dra. Regina Célia de Oliveira
Coordenadoria de Graduação
IG/UNICAMP

Documento assinado eletronicamente por **REGINA CELIA DE OLIVEIRA, COORDENADORIA DE GRADUAÇÃO**, em 10/03/2023, às 15:57 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
6AFC91A8 26194646 A29383B9 B48861AE



PROGRAMA PROFESSOR ESPECIALISTA VISITANTE

Profesora Titular
Dra. María Victoria Soto-Bäuerle
Universidad de Chile

Disciplina: Geografia

Geomorfologia básica e aplicada para a abordagem dos territórios do *Antropoceno*

Justificativa: A geografia quanto ciência social, de carácter holístico, compreende o espaço natural e o humanizado, sendo um geosistema integral e interconectado, nas suas diferentes escalas e dimensões territoriais.

A geomorfologia pela sua vez, pesquisa as formas do território e a dinâmica atual delas, mas no contexto de paisagens herdadas de tempos geológicos e paleoclimáticos diferentes dos atuais, mais que ainda devem ser identificados, caracterizados e avaliados, no cenário do tempo presente e como respondem frente a mudanças ambientais e aos eventos climáticos extremos, próprios do Antropoceno.

Nesse contexto, o reconhecimento da bacia como unidade sistêmica da geografia deve ser posicionada como o eixo central para o estudo da geomorfologia, básica e também aplicada, aplicada a prognóstico ou susceptibilidade de ocorrência de procesos geodinâmicos que podem afetar a sociedade, as comunidades, a infraestrutura e os serviços.

A partir disso, se gera uma nova olhada dos procesos naturais, que viram em perigo natural (natural hazard), que na medida que sejam identificados e mapeados, nas escalas apropriadas, são uma ferramenta para o planejamento do territórios, no senso de evitar, mitigar ou preparar as comunidades susceptíveis de serem vulneráveis e contribuir a não ocupação dos territórios com alta susceptibilidade geodinâmica.

Porém a função aplicativa e social da geomorfologia, precisa dos conceitos teóricos e metodológicos adaptados aos territórios a serem pesquisados, principalmente na escala das bacias e sub-bacias.

A geomorfologia aplicada aos perigos naturais é uma necessidade social frente aos eventos extremos e a ocupação de territórios não apropriados para serem habitados, seja pelo crescimento das áreas urbanas, quanto pelas mudanças do uso do solo, sobretudo para monoculturas intensivas, com os impactos na vegetação natural, no solo e na ativação de procesos geomorfológicos, de muito rápida geração e alto impacto nas comunidades e na sociedade.

Impacto nos estudantes: A geografia quanto ciência social tem se tornado cada vez mais social e crítica, em parte porque as áreas da geografia física não tem

sido capazes de adaptar e encantar os estudantes com a importância estratégica e social que tem, neste caso, a geomorfologia. A geomorfologia básica é fundamental, mas os estudantes devem perceber claramente qual é a aplicação social dela.

Participação com projetos de pesquisa e de docência: A possibilidade de poder participar em aulas de geomorfologia na Geografia, ser parte das bancas de dissertações e TCCs, será sempre uma grande oportunidade de colaboração e de retroalimentação. Então expresse a total disponibilidade de participação no que for da competência na geomorfologia. Da mesma forma, poderei colaborar na extensão à comunidade não acadêmica.

Objetivos:

A disciplina está orientada a introduzir e aprofundar os conceitos da geomorfologia básica, sustentada no avanço científico da disciplina, nos temas fundamentais que os geógrafos e geógrafas necessitam para o desenvolvimento profissional, no âmbito público ou privado.

Reconhecer e mapear as formas e feições de detalhe, representativa de diferentes geossistemas e âmbitos morfoclimáticos.

Avançar na geomorfologia aplicada, que está fortemente vinculada com a capacidade de criar mapas das formas geomorfológicas para logo serem reclassificados segundo a susceptibilidade geodinâmica do local, na bacia, seja, ocasionado enchente fluvial, flashflood, landslides, por exemplo.

Plano de trabalho

Semana	Conteúdo
1	Presentación, introducción dos conceptos básicos da geomorfología dinámica no contexto do Holoceno, o Recente e do Antropoceno
2	As bacias como geossistema e unidades essenciais do território
3	Bacias e subbacias: geomorfología e escala
4	Trabalho de mapeamento com mapas analógicos a diferentes escalas
5	Geomorfología fluvial: herança geológica e dinâmica atual nas formas do Pleistoceno e do Holoceno. A importância do Holoceno fluvial para a sociedade.
6	Geomorfología fluvial: herança geológica e dinâmica atual nas formas do Pleistoceno e do Holoceno. A importância do Holoceno fluvial para a sociedade.
7	Formas e procesos dos sistemas de encostas.

8	Susceptibilidade geodinâmicas dos sistemas de encostas
9	Introducao nos concietos de perigo, suceptibilidade geomorfológica frente a eventos extremos e mudanza do uso do solo
10	Mapas de perigo, suceptibilidade geomorfológica frente a eventos extremos e mudanza do uso do solo
11	Casos de estudo na bacia de Santiago do Chile
12	Casos de estudo no semiraido de Chile
13	Casos de estudo no semiraido de Chile
14	Casos de estudo na norpataginia de Chile
15	Avaliacao

Temas de Workshop: No contexto do Holoceno-Antropoceno e da ocorrência de eventos meteorológicos extremos, um dos temas amplos para fazer um workshop, é a geomorfologia dinâmica e a sua aplicação para o estabelecimento de susceptibilidade de áreas de perigo geodinâmico, a escala das bacias e sub-bacias. Análises do estado atual da pesquisa e projeções.

Antecedentes curriculares no site: <https://www.uchile.cl/portafolio-academico/portafolio-academico/academico/17852>

PROGRAMA PROFESSOR ESPECIALISTA VISITANTE EDITAL 22

EDITAL DE SELEÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS

A Universidade Estadual de Campinas, por intermédio da Pró-Reitoria de Graduação (PRG), torna público o presente Edital para a participação de profissionais no Programa Professor Especialista Visitante (PPEV) e convida todas as Unidades de Ensino e Pesquisa a apresentarem propostas que atendam aos termos da Resolução GR-021/2022, de 06/06/2022, disponível no link <https://www.pg.unicamp.br/norma/31276/0>, e deste Edital.

1. Caracterização

O PPEV constitui um instrumento de contribuição para a execução de propostas que tragam para a Universidade profissionais de notório conhecimento, reconhecida especialização e grande mérito em suas respectivas áreas de atuação. O apoio institucional aos projetos tem como foco possibilitar que o programa propicie a integração de profissionais com a comunidade universitária, por meio de sua permanência no ambiente acadêmico, fortalecendo uma prática de reconhecida relevância e impacto para a formação de profissionais e docentes, elevando sua qualificação acadêmica, científica, tecnológica e cultural.

2. Objetivos

Qualificar o ensino, a pesquisa e a extensão a partir da interação entre docentes e discentes da Unicamp e profissionais detentores de notório conhecimento técnico-científico e de reconhecida especialização e mérito em suas respectivas áreas de atuação.

Promover a atualização de conteúdos e práticas de ensino por meio do intercâmbio entre a comunidade acadêmica e profissionais das várias áreas de conhecimento.

Fortalecer, por meio da atuação do Professor Especialista Visitante, o diálogo entre a comunidade universitária e a sociedade, reforçando a prática da extensão universitária e contribuindo para a qualificação de políticas públicas científicas, tecnológicas e profissionalizantes.

3. Disposições Gerais

3.1. O presente Edital visa selecionar, no mínimo, duas propostas para cada área de conhecimento definida na Resolução GR-021/2022 (Exatas, Tecnológicas, Humanas/Artes e Biológicas), mais oito propostas a serem distribuídas entre as áreas, totalizando dezesseis professores especialistas visitantes.

3.1.1. Caso não ocorra o preenchimento mínimo de vagas supracitadas para cada área, os recursos financeiros correspondentes poderão ser realocados para as demais áreas de conhecimento.

3.1.2. Dependendo das especificidades das propostas e considerando o disposto no parágrafo sexto do artigo dez da Resolução GR-021/2022, as vagas ofertadas neste Edital poderão ser fracionadas quanto ao tempo de execução.

3.1.3. A Comissão Administrativa do Programa Professor Especialista Visitante (CAPPEV) avaliará a adequação das propostas que solicitarem a execução em tempo menor que um semestre letivo – situação entendida como fracionamento da vaga de Professor Especialista Visitante –, respeitando-se os critérios do PPEV definidos pela Resolução GR-021/2022.

3.1.3.1. O fracionamento de vagas deve ampliar o número de dezesseis professores especialistas visitantes. Contudo, os valores correspondentes ao total de bolsas não podem ultrapassar o montante financeiro destinado ao PPEV.

3.2. O período de participação dos profissionais indicados nas propostas selecionadas tem a duração de 01 (um) a 05 (cinco) meses.

3.3. A seleção das propostas consiste das seguintes etapas:

3.3.1. Recebimento e verificação da documentação exigida conforme os itens descritos no Artigo 6º da Resolução GR-021/2022.

3.3.2. Análise das propostas pela CAPPEV de acordo com os critérios listados no Artigo 7º da Resolução GR-021/2022: I – Pertinência e impacto das atividades de ensino, constantes da proposta, para a formação dos discentes da graduação; II – Possibilidade de complementação de conteúdos pouco enfatizados na grade curricular dos cursos da graduação da(s) respectiva(s) área(s) de conhecimento; III – Oferta de conteúdo em área carente de especialistas; e IV – Adequação do currículo do Professor às atividades propostas.

3.3.2.1. Considerando Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), as políticas de ações afirmativas, de inclusão social, de direitos humanos, de educação ambiental e de permanência estudantil desenvolvidas pela Universidade, as coordenações de curso devem observar os mesmos critérios listados no Artigo 7º da Resolução GR-021/2022 para apresentar propostas que fomentem os estudos e as atividades acadêmicas de distintos grupos socioculturais pertencentes à nossa comunidade.

3.3.3. Será divulgada lista de propostas selecionadas por ordem de classificação. Caso haja desistência de algum candidato, a próxima proposta da respectiva área é contemplada e assim sucessivamente, até o preenchimento das vagas ofertadas.

3.4. O processo de análise das propostas terá fins classificatórios, levando em conta os critérios listados no artigo 3.3.2 deste Edital. Considerando o valor total de 100 pontos, os critérios serão analisados com a pontuação de: I – pertinência e impacto nas atividades de ensino para a formação dos discentes da graduação (vinte e cinco pontos); II – possibilidade de complementação de conteúdos pouco enfatizados na grade curricular dos cursos da graduação da(s) respectiva(s) área(s) de conhecimento (vinte e cinco pontos); III – oferta de conteúdo em área carente de especialistas (vinte e cinco pontos); IV – adequação do currículo do Professor às atividades propostas (vinte e cinco pontos).

3.5. Em cada proposta deve estar indicada, claramente, a área de enquadramento da mesma, dentre uma daquelas constantes no item 3.1 deste Edital.

3.6. No caso da formulação de proposta por diferentes Coordenadores de Cursos de Graduação, o caráter interdisciplinar deve ser destacado com a indicação das respectivas áreas de conhecimento.

3.7. As propostas não precisam enquadrar-se necessariamente na área em que o curso está inserido na Unicamp, e sim na área de conhecimento do Professor Especialista Visitante.

3.8. Propostas e candidatos já contemplados em editais anteriores do Programa Professor Especialista Visitante não podem concorrer novamente.

4. Instruções e requisitos para participação no PPEV

4.1. Da apresentação da Proposta:

4.1.1. A proposta deve ser formulada pela Comissão de Graduação e encaminhada pelo Coordenador de Graduação do curso, com a aprovação da Congregação da Unidade de Ensino e Pesquisa correspondente. O modelo de proposta está disponível para consulta no link:

https://www.prg.unicamp.br/?page_id=711

4.1.2. A proposta que articula distintas áreas do conhecimento deve ser formulada pelas respectivas Comissões de Graduação, sendo também necessária a aprovação das Congregações de todas as unidades envolvidas.

4.1.3. A proposta deve contemplar todos os itens indicados no Artigo 6º da Resolução GR-021/2022 para ser considerada apta a concorrer à chamada deste Edital.

4.1.4. A proposta completa deve ser enviada exclusivamente por meio do sistema Solicita - <https://solicita.dados.unicamp.br/> - utilizando os mesmos dados de acesso ao e-mail institucional.

4.2. Os candidatos a Professor Especialista Visitante devem:

4.2.1. Possuir *curriculum vitae* compatível com a área de enquadramento da proposta.

4.2.2. Ser profissional detentor de notório conhecimento técnico científico e de reconhecida especialização e mérito em sua área de atuação.

4.2.2.1 Não é necessário possuir o título de doutor ou de mestre e nem estar vinculado como professor em alguma instituição de ensino superior.

4.2.2.2 Não podem se candidatar profissionais com vínculo de qualquer natureza com a Unicamp, remunerado ou não.

4.2.3 Apresentar um plano de trabalho elaborado especificamente para a proposta, a qual deve estar em acordo com a(s) respectiva(s) área(s) de conhecimento.

4.2.4. Apresentar relatório de atividades no prazo máximo de 30 dias após o encerramento da bolsa, de acordo com o modelo de relatório, disponível no site da Pró-Reitoria de Graduação, disponível no link:

https://www.prg.unicamp.br/?page_id=711

4.3. O Professor Especialista Visitante deverá realizar o conjunto das atividades da respectiva proposta, que obrigatoriamente abrangerá as atividades previstas no Artigo 9º da Resolução GR-021/2022, quais sejam:

I – Dedicção equivalente ao Regime de Turno Completo (RTC) da Unicamp em atividades de contribuição à graduação;

II – Oferecimento de, no mínimo, 1 (uma) palestra aberta à comunidade universitária de forma presencial ou utilizando videoconferência ou outros recursos tecnológicos;

III – Contribuição, observado o mínimo de 50% e o máximo de 75%, na carga didática de, no mínimo, uma disciplina regular ou eletiva de graduação.

4.3.1 Opcionalmente, o Professor Especialista Visitante também poderá desenvolver as seguintes atividades acadêmicas, além de outras decorrentes dos próprios objetivos da proposta submetida:

I – Contribuição, observado o máximo de 75%, na carga didática de outras disciplinas de graduação além daquela tratada no inciso III do artigo 4.3.

II – Auxílio de alunos no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e participação em bancas desta natureza;

III – Co-orientação de projetos de pesquisa e extensão;

IV – Oferecimento de workshops de curta duração;

V – Contribuição, a critério da respectiva Comissão de Graduação, no ensino de pós-graduação e em projetos de pesquisa desenvolvidos por seus docentes.

4.4. Parte das horas pode ser desenvolvida por meio de videoconferência ou tecnologia compatível, limitada ao máximo de 20% da carga didática, desde que prevista na proposta aprovada e respeitando a legislação vigente.

4.5. Os professores visitantes estrangeiros são admitidos somente após providenciar o visto específico para recebimento de bolsa, conforme orientação da Diretoria Executiva de Relações Internacionais (DERI) no link:

<http://www.internationaloffice.unicamp.br/visto-para-pos-docs-e-pesquisadores-estrangeiros/>

4.6. Despesas com deslocamento, alimentação, hospedagem, seguro saúde ou qualquer outra espécie de dispêndio do Professor Especialista Visitante correm por conta própria, não sendo, em hipótese alguma, responsabilidade do programa.

5. São atribuições das Unidades de Ensino e Pesquisa participantes:

5.1. Coordenar as atividades do Professor Especialista Visitante, assegurando que as obrigações mínimas sejam cumpridas, informando à CAPPEV qualquer ocorrência que comprometa a execução adequada do plano de trabalho apresentado.

5.2. Assegurar ao Professor Especialista Visitante todo o suporte técnico-administrativo necessário para o desenvolvimento adequado do plano de trabalho aprovado pela CAPPEV.

5.3. Manter o Professor Especialista Visitante informado sobre as normas do programa, critérios da Universidade, calendário acadêmico e demais procedimentos administrativos, para que o mesmo cumpra adequadamente todas as suas obrigações formais.

5.4. Aprovar as atividades desenvolvidas pelo Professor Especialista Visitante.

5.5. Até 30 dias após a entrega do Relatório do Professor Especialista Visitante, apresentar relatório elaborado pelo Coordenador do Curso de Graduação de acordo com o Artigo 11º da Resolução GR-021/2022. O modelo de relatório se encontra disponível no site da Pró-Reitoria de Graduação, no link: https://www.prg.unicamp.br/?page_id=711

5.6. Emitir parecer da Congregação da Unidade sobre o relatório final de atividades entregue pelo Professor Especialista Visitante e sobre o relatório elaborado pelo Coordenador de Graduação, no prazo máximo estabelecido no cronograma.

6. Na forma da Resolução GR nº 21/2022, o Programa Professor Especialista Visitante (PPEV) será administrado pela Comissão Administrativa do Programa Professor Especialista Visitante (CAPPEV), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação

6.1. São atribuições da CAPPEV:

6.1.1. Estabelecer e divulgar as normas e os Editais de convocação do PPEV.

6.1.2. Coordenar, avaliar e selecionar as propostas apresentadas de maneira a visar a excelência e aderência ao Edital do PPEV.

6.1.3. Encaminhar às instâncias responsáveis a lista de selecionados para pagamento da bolsa mediante depósito em conta corrente.

6.1.4. Manter um sistema de avaliação e acompanhamento das atividades previstas no plano de trabalho aprovado no processo de seleção das propostas.

6.1.5. Decidir sobre o cancelamento do pagamento de bolsas, no caso de haver normas e procedimentos desrespeitados.

6.1.6. Homologar os relatórios elaborados e apresentados pelo Professor Especialista Visitante e pelo Coordenador de Graduação.

6.1.7. Manter uma avaliação do Programa visando aprimoramento e melhoria contínua.

7. São atribuições do Professor Especialista Visitante:

7.1. Apresentar um plano de trabalho, o qual integrará a proposta da(s) Unidade(s), para execução das atividades durante o período de vigência da bolsa.

7.2. Cumprir integralmente todas as atividades previstas na proposta formulada pela Comissão de Graduação da(s) Unidade(s) de Ensino e Pesquisa na qual está lotado, de acordo com o que está previsto no Artigo 9º da Resolução GR-021/2022.

7.3. Respeitar as normas e procedimentos da Diretoria Acadêmica da Unicamp (DAC), com relação à(s) disciplina(s) de que participa, bem como o calendário acadêmico estabelecido pela instituição.

7.4. Apresentar relatório final de atividades no prazo de até 30 dias após encerrado o período de concessão da bolsa e de sua participação no programa.

8. Da Bolsa

8.1. O Professor Especialista Visitante receberá uma bolsa mensal pelo prazo máximo improrrogável de até 5 (cinco) meses, no valor correspondente ao salário de professor nível MS-3.1 em Regime de Turno Completo (RTC). Sobre o valor da bolsa incidirá Imposto de Renda retido na fonte.

8.2. O recebimento da bolsa pelo Professor Especialista Visitante não cria vínculo de nenhuma espécie com a Unicamp, sendo-lhe vedado o exercício de qualquer atividade de natureza administrativa e de representação.

8.3. Os pagamentos são feitos somente por depósito em conta corrente de titularidade do próprio professor visitante no Banco do Brasil.

9. Dos recursos

9.1. Do indeferimento das propostas por falta de documentação, caberá recurso, a ser interposto nos dias 17 e 18 de abril de 2023, por meio da mesma plataforma de inscrição inicial das propostas, e que será decidido por uma comissão instituída pela Comissão Central de Graduação, para o referido fim.

10. Casos omissos

10.1. Os casos omissos serão decididos pela CAPPEV, conforme estabelecido pelo Artigo 12 da Resolução GR-021/2022.

11. Cronograma

Datas	Atividades
13/02/2023 – 14h	Lançamento do Edital no Auditório Raízes, divulgação para a comunidade e esclarecimentos sobre o PPVE, apresentação da proposta e o processo de avaliação
27/02/2023 a 31/03/2023	Período de seleção das propostas no âmbito dos cursos e envio de propostas pelas respectivas coordenações
03/04/2023	Divulgação das propostas recebidas
03/04/2023 a 12/04/2023	Avaliação das propostas
14/04/2023	Divulgação das propostas indeferidas por falta de documentação
17/04/2023 a 18/04/2023	Prazo para envio de recursos sobre propostas indeferidas por falta de documentação, por meio

	da mesma plataforma de inscrição inicial das propostas
24/04/2023	Divulgação final do resultado
30/06/2023	Prazo para as Unidades enviarem a documentação do professor visitante à DGRH (via processo digital)
31/07/2023	Início da bolsa
07/08/2023	Acolhimento Professor Especialista Visitante
05/10/2023 a 23/11/2023	Workshop sobre o Programa Professor Especialista Visitante (PRG, Professores Visitantes e Coordenadores dos Cursos)
16/12/2023	Prazo para encerramento da bolsa
16/01/2024	Prazo final para entrega de relatórios – Professor Visitante
16/02/2024	Prazo final para a Unidade enviar os relatórios do Professor Especialista Visitante, coordenador do Curso e os pareceres da Comissão de Graduação e Congregação

Campinas, 01 de fevereiro de 2023

Comissão Administrativa do Programa Professor Especialista Visitante (CAPPEV)	
Presidente: Ivan Felizardo Contrera Toro – Pró-Reitor de Graduação	
Membros Titulares	Membros Suplentes
Esther Colombini - IC	Tiago Henrique Machado - FEM
Adriana do Nascimento Araújo Mendes - IA	Raquel Gryszczenko Alves Gomes - IFCH
Pedro Paulo Corbi - IQ	Guilherme Vieira Nunes Ludwig - IMECC
Helena Cristina de Lima - IB	Ariane Polidoro Dini - FEnf



**DEPARTAMENTO DE POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

ASSUNTO: Concessão do título de Professor Emérito

PARECER DPCT Nº 10/2023

A Assembleia do Departamento de Política Científica e Tecnológica, na sua 128ª Reunião Ordinária, realizada em 01 de março de 2023, manifestou-se favoravelmente ao pedido de concessão do título de Professor Emérito ao Prof. Dr. Wilson Suzigan, relato assinado pelos Profs. Drs. André Tosi Furtado, Leda Maria Caira Gitahy, Maurício Compiani, Renato Peixoto Dagnino, Ruy de Quadros Carvalho, Sergio Luiz Monteiro Salles Filho, Sérgio Robles Reis de Queiroz e Renato de Castro Garcia.

Encaminhe-se à Congregação para as providências cabíveis.

Cidade Universitária “Zeferino Vaz”,
01 de março de 2023.

Profa. Dra. Flávia L. Consoni de Mello
Vice-Chefe do DPCT

Documento assinado eletronicamente por **Flávia Luciane Consoni de Mello, VICE-CHEFE**, em 09/03/2023, às 14:44 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
889A63F0 394F4B48 85C597D0 A7A149CB





Relato da trajetória acadêmica e das contribuições de Wilson Suzigan

Wilson Suzigan nasceu em Americana, no estado de São Paulo, em 26 de fevereiro de 1942. Sua trajetória acadêmica se iniciou em 1961, no curso de graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP). Em seguida, Suzigan foi aluno da primeira turma de mestrado em Economia no Brasil, na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro e defendeu sua dissertação de mestrado em 1968, intitulada “O Processo de Substituição de Importações no Brasil”. Suzigan fez seu doutorado na Universidade de Londres no período de 1981 a 1984, quando defendeu sua tese de doutorado intitulada “Investment in the manufacturing industry in Brasil, 1869-1939”.

Após o mestrado, Suzigan foi funcionário de carreira do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) até 1984, onde foi pesquisador e coordenador da área de pesquisa econômica.

Wilson Suzigan ingressou na Unicamp em 1985, no Instituto de Economia, onde permaneceu até sua aposentaria em 1998. Depois disso, continuou participando das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto de Economia como Professor Colaborador até 2004, quando se transferiu para o Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do Instituto de Geociências, local que se manteve 2022.

Enquanto Professor Colaborador junto ao DPCT, Suzigan ministrou aulas e palestras, presidiu banca de seleção para contratação de professor para o DPCT, foi responsável por viabilizar recursos que permitiu hospedar a Revista Brasileira de Inovação (RBI) no IG, além de ter sido orientador de três teses de doutorado e sete dissertações de mestrado. Suzigan também foi co-orientador de uma tese de doutorado junto ao Depto de Geologia e Recursos Naturais (DGRN), do IG, contribuindo com a integração entre os departamentos do Instituto.

A extensão da sua contribuição acadêmica pode ser vista pelas suas publicações e pelas suas orientações na Unicamp. Suzigan publicou 69 artigos acadêmicos em revistas brasileiras e internacionais de grande repercussão; publicou e organizou 17 livros de referência no debate; e 38 capítulos de livros. Nas atividades de orientação, Suzigan orientou 27 teses de doutorado, 18 dissertações de mestrado e 42 projetos de iniciação científica, todos na Unicamp. Nas atividades de editor de revistas acadêmicas, Suzigan é membro do corpo editorial de diversas delas, mas teve papel destacado na implantação e na editoração de duas revistas de referência no debate brasileiro. Uma delas é a Revista Economia da Anpec, em que Suzigan foi responsável pela implantação em 1999 e exerceu o papel de editor até 2001. A outra revista é a Revista Brasileira de Inovação (RBI), criada e implantada por Suzigan em 2002, em que ele exerce o papel de editor até os dias atuais. A RBI, hospedada no IG a partir de 2006, é uma das principais revistas indexadas na área de estudos da inovação no Brasil.

Ao longo de sua trajetória acadêmica, é possível enumerar diversas contribuições de Wilson Suzigan ao debate sobre indústria e política industrial, em diversos campos da economia. Como apontou Flavio Saes, “Wilson Suzigan é sobejamente conhecido entre historiadores e economistas pela relevância de sua vasta obra que abarca não só temas de história econômica (em especial sobre a industrialização brasileira), mas também da



economia brasileira (principalmente sobre política industrial, mas também sobre inovação tecnológica, arranjos produtivos locais, relação universidade-indústria entre outros temas). Há um consenso na comunidade acadêmica sobre a seriedade e competência de Wilson Suzigan enquanto pesquisador de nossa história e de nossa economia.” (em Prefácio à 3ª edição de Suzigan, W. *Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec e Ed. Unicamp, 2021, 3ª edição).

Este relato destaca sua contribuição aos debates de (1) História Econômica; (2) Política Industrial; e (3) Economia Industrial e da Inovação. As contribuições a cada um dos três temas é apresentada a seguir.

Contribuições à História Econômica

No início de sua carreira, ainda quando pesquisador do IPEA, Suzigan trabalhou, juntamente com Anibal Villela em um projeto sobre a economia brasileira no período 1889-1945 (Villela, A. & Suzigan, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1899-1945*. Série Monográfica, 10. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1973). Esse livro foi publicado em 1973, mas recebeu uma segunda edição em 1975 e uma terceira em 2011, todas pelo IPEA. Essa pesquisa foi realizada no final dos anos 1960 e trazia uma característica que marca toda a trajetória acadêmica de Wilson Suzigan, que é a produção, apresentação e análise de um conjunto sistemático de estatísticas sobre a economia brasileira, que envolveu nessa ocasião dados sobre política do governo, comércio exterior e produção industrial e agrícola no Brasil no período analisado.

Nesse trabalho, Villela e Suzigan mostraram o papel e a importância do “setor industrial” para o desenvolvimento da economia brasileira no final do séc. XIX e início do séc. XX. A hipótese de Suzigan, nas palavras de Anibal Villela, é que “o desenvolvimento industrial do Brasil no séc. XIX foi induzido pela expansão do setor exportador (...) esse impulso dinâmico arrefeceu após a Primeira Guerra Mundial, uma vez que a partir de 1900 o próprio setor industrial, embora incipiente, já passara a estimular investimentos em outras atividades através dos efeitos para a frente e para trás” (em Prefácio de Suzigan, W. *Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec e Ed. Unicamp, 1986, 1ª edição).

Ainda na década de 1970, Suzigan produziu outro conjunto de dados estatísticos sobre a história econômica brasileira, que deu base para o livro *História Monetária do Brasil*, em coautoria com Carlos Manuel Peláez, publicado em 1976 pelo IPEA, e reeditado pela Universidade de Brasília em 1981 (Peláez, C. & Suzigan, W. *História monetária do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, 2ª edição). Nesse trabalho, Suzigan foi responsável por produzir uma reconstrução original das séries monetárias brasileiras de 1800 a 1973, consolidando informações de diversas bases de dados que se encontravam dispersas e desorganizadas.

Retomando a interpretação do papel do setor industrial na industrialização brasileira no final do séc. XIX e início do séc. XX, Wilson Suzigan produziu um trabalho de enorme importância em sua produção acadêmica, o livro *Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento*. Esse livro foi realizado a partir da sua estada na Inglaterra para o desenvolvimento de sua tese de doutorado, que também contou com uma ampla pesquisa em base de dados de importações brasileiras de bens de capital (máquinas e



equipamentos), que formaram para o período uma importante e inovadora *proxy* dos investimentos industriais no Brasil até o período da Segunda Guerra Mundial. Nas palavras de Flavio Saes, “a série estatística apresentada no livro (e exposta minuciosamente no Apêndice) tem por base o levantamento das exportações de máquinas e equipamentos industriais realizadas por Grã-Bretanha, Estados Unidos, França e Alemanha para o Brasil entre 1855 e 1939. Para tanto, foram compulsadas as publicações oficiais dos quatro países relativas ao comércio exterior para um período de mais de 80 anos. Além do valor total dessas exportações, Suzigan identificou máquinas e equipamentos exportados de acordo com o gênero da indústria a que se destinavam. Como o Brasil praticamente não produzia máquinas e equipamentos no período, a série estatística indica o nível de investimento (ou do aumento da capacidade produtiva) da indústria em geral e de cada gênero da indústria. Trata-se do indicador mais preciso sobre o crescimento da indústria antes de 1940” (em Prefácio à 3ª edição de Suzigan, W. *Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec e Ed. Unicamp, 2021, 3ª edição).

Esse livro, que teve a sua terceira edição lançada em 2021, tornou-se uma referência fundamental para o debate sobre a industrialização no Brasil, sendo inclusive leitura obrigatória das disciplinas de graduação, e também de pós-graduação, de Formação Econômica do Brasil e de Economia Brasileira de diversas universidades e escolas de economia no Brasil. Portanto, esse livro, e a tese que nele é apresentada, influenciou a formação de ao menos duas gerações de economistas brasileiros.

Contribuições à Política Industrial

O campo da política industrial também recebeu, a partir do final dos anos 1970, contribuições importantes de Wilson Suzigan. Em grande parte, a entrada de Suzigan no debate se deu a partir do levantamento da experiência histórica de política industrial no Brasil, o que revela a ligação entre a discussão de política industrial e a de história econômica, que havia marcada sua trajetória acadêmica até então. Esse levantamento, realizado para o período 1930 a 1970, foi publicado em um artigo da Revista de Economia Política em 1996 (Suzigan, W. Experiência histórica de política industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, 16, 3-19, 1996) e, uma versão mais aprofundada, no livro em coautoria com Anibal Villela em 1997 (Suzigan, W. & Villela, A. V. *Industrial policy in Brazil*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1997). Nesse livro, Suzigan apresenta uma discussão mais detalhada dos principais eventos e marcos da evolução da política industrial no Brasil até a década de 1970.

Desde logo, para o desenvolvimento desse argumento, Wilson Suzigan apresenta uma noção bastante moderna de política industrial, baseada no debate internacional e adaptada ao contexto brasileiro. O conceito apresentado por Suzigan considera como pilares da política industrial: (1) a concorrência como característica intrínseca do sistema econômico; (2) o mercado como o principal *locus* da concorrência e o veículo das mudanças techno-econômicas; e (3) a firma como o principal agente do mercado e da concorrência, em que sua competitividade requer capacidade para inovar. Nesse sentido, a política industrial deve considerar as características do mercado e dos agentes, deve se orientar pela criação de um ambiente competitivo e prover externalidades positivas e instituições que favoreçam a concorrência e a competitividades dos agentes. Essa



definição de política industrial influenciou diretamente um conjunto de economistas industriais e de *policy-makers* no Brasil. Não resta dúvida de que a abordagem apresentada por Suzigan lança luzes importantes sobre o debate, ainda controverso, sobre política industrial no Brasil.

Esses estudos marcam uma característica importante de outra contribuição fundamental de Wilson Suzigan ao debate brasileiro sobre política industrial, que é o papel e a importância da organização institucional. Em grande parte, a importância atribuída por Wilson Suzigan à estrutura institucional da política industrial, que está claramente expressa em seus trabalhos, decorre da influência da experiência japonesa, que foi objeto de estudo aprofundado na década de 1990 (ver prefácio do livro Suzigan, W. & Villela, A. V. *Industrial policy in Brazil*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1997). Uma das características mais importantes da experiência japonesa é justamente a sua capacidade de organização institucional, tanto na esfera do setor público, quanto nas organizações privadas. Suzigan sustenta que no Brasil essa construção institucional foi bastante profícua em promover a convergência da estrutura produtiva da economia brasileira ao padrão internacional até a década de 1970. Porém, essas instituições se mostraram inoperantes para acompanhar as mudanças estruturais e as novas tecnologias da década de 1980 e, por isso, foram incapazes de fornecer o suporte de políticas públicas necessário ao salto tecnológico e ao *catching-up* da indústria brasileira.

As contribuições de Wilson Suzigan ao debate de política industrial se sucederam ao longo das décadas de 2000 e 2010, quando ele produziu diversos artigos acadêmicos, publicados em revistas brasileiras e internacionais. Suzigan sempre foi um defensor da política industrial ativa e seletiva, a despeito das expressivas críticas que essa visão recebeu (e ainda recebe) dos economistas de visão convencional e do *mainstream*. Nesse sentido, a noção advogada por Suzigan de política industrial é que ela deve abarcar ao mesmo tempo medidas de caráter horizontal, que têm efeitos sobre todo o sistema econômico (como a política de educação e de Ciência e Tecnologia); e medidas verticais voltadas a setores e tecnologias específicas, selecionadas pela sua capacidade de exercer efeitos dinâmicos mais expressivos sobre o sistema econômico como um todo.

A discussão da estrutura institucional da política industrial permaneceu como um tema central de seus estudos nas décadas de 2000 e 2010. Nesse período, assistiu-se no cenário internacional, e também no Brasil, a retomada dos esforços de política industrial, o que reacendeu o debate sobre o tema. Além disso, esse debate trouxe consigo temas relacionados com a aceleração da difusão de novas tecnologias no sistema econômico e com as formas de organização das cadeias globais de produção e de inovação. Os trabalhos mais recentes de Suzigan já incorporam essas novas questões (ver Suzigan, W. et al. *Institutions and industrial policy in Brazil after two decades: have we built the needed institutions? Economics of innovation and new technology*, 29(7), 799-813, 2022), mais uma vez ressaltando o papel limitado do arcabouço institucional da política industrial no Brasil.

Contribuições à Economia Industrial e da Inovação

A partir de meados da década de 1990 e início da década de 2000, Suzigan passou a se dedicar ao estudo de dois tópicos relacionados com Economia Industrial e da Inovação. O



primeiro é o estudo das aglomerações industriais, chamadas no Brasil de Sistemas Locais de Produção (SLPs) ou Arranjos Produtivos Locais (APLs). O segundo é relacionado com o tema interação universidade-empresa no Brasil.

No caso do estudo dos Sistemas Locais de Produção, o ingresso de Suzigan nesse debate esteve, em grande parte, ligado com as suas contribuições prévias para o tema da política industrial. Mas é importante fazer uma menção ao contexto em que se dava esse debate. Na década de 1990, o debate econômico internacional foi dominado por uma corrente de economistas muito associada ao chamado “Consenso de Washington”, que trazia consigo uma forte oposição a qualquer medida de política industrial. Isso ocorreu também no Brasil, onde o espaço para o debate sobre política industrial ficou bastante reduzido e, em grande parte, restrito especificamente ao debate sobre desenvolvimento econômico local. Assim, especialmente na década de 2000, Suzigan desenvolveu diversos estudos sobre sistemas locais de produção no Brasil, em geral com forte orientação para a discussão das políticas de desenvolvimento local baseadas na inovação.

Dois eventos podem ser destacados, que marcam as primeiras contribuições de Suzigan a esse debate. Primeiro, a organização de um seminário internacional na Unicamp em 1999 sobre o tema (intitulado “Seminário Internacional Clusters e Sistemas Locais de Inovação: Estudos de Casos e Avaliação da Região de Campinas”), que contou com diversos pesquisadores brasileiros e internacionais. Esse seminário representou um marco importante do debate no Brasil, e explicitou a necessidade de um tratamento empírico mais rigoroso do tema dos sistemas locais de produção no Brasil.

O segundo evento de destaque foi a Aula Magna proferida por Wilson Suzigan no XXVIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC - Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia no ano de 2000, cujo tema foi “Aglomerações Industriais como Focos de Políticas”. A íntegra da aula magna está publicada na Revista de Economia Política (Suzigan, W. Aglomerações Industriais como Focos de Políticas. *Revista de Economia Política*, v. 21, n.3, p. 27-39, 2001). Em sua Aula Magna, Suzigan apresenta o estado da arte do debate internacional sobre o tema, mostra a agenda de pesquisa no campo dos sistemas locais de produção, e destaca que essa forma de organização industrial representa um amplo e profícuo campo para a proposição de políticas de desenvolvimento local baseadas na inovação. Certamente, essas proposições representaram um fator que motivou a realização de diversos estudos sobre sistemas locais de produção no Brasil.

Um destaque da contribuição de Suzigan ao debate esteve relacionado com a sua preocupação com o uso de ferramental empírico mais rigoroso para o mapeamento e a identificação de sistemas locais de produção. Importante mencionar que essa preocupação sempre esteve presente na trajetória acadêmica de Suzigan. Para isso, destaca-se um estudo publicado na Revista de Economia Política (Suzigan, W. et al. Sistemas Locais de Produção: Mapeamento, Tipologia e Sugestões de Políticas. *Revista de Economia Política*, v. 24, n.4, p. 543-562, 2004), em que apresenta uma metodologia para mapeamento, classificação e caracterização de Sistemas Locais de Produção. Essa metodologia representou uma iniciativa pioneira de orientar as atividades de instituições de apoio e de política públicas para a importância de uma caracterização mais rigorosa das regiões com potencial de aproveitamento das externalidades positivas da aglomeração das empresas. Nesse sentido, esse trabalho foi capaz de fornecer evidências que permitiram racionalizar critérios de gestão de políticas públicas e ações



privadas direcionadas aos Sistemas Locais de Produção, oferecendo sugestões de políticas e ações diferenciadas segundo categorias ou tipos de sistemas com características distintas de acordo com sua relevância para o local ou desenvolvimento regional, bem como sua importância no contexto do setor em que estão inseridos.

A importância dessa contribuição pode ser atestada pela implementação dessa metodologia no estado do Paraná, em um projeto conjunto com o governo daquele estado, coordenado por Wilson Suzigan. Esse projeto tinha como objetivo realizar a aplicação da metodologia desenvolvida, e também promover a capacitação da equipe de *policy-makers* do governo do Estado do Paraná. Os principais resultados do trabalho, que estão publicados em um livro (Suzigan, W. et al. *Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas de Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado do Paraná*. Curitiba: IPARDES, SEPL, 2006), foram a estruturação de um conjunto de medidas de apoio e suporte aos sistemas locais de produção do Estado do Paraná, a partir de um referencial teórico e metodológico rigoroso e consistente.

Ainda no campo da Economia Industrial e da Inovação, o segundo tópico em que se destacam as contribuições de Wilson Suzigan é o da interação universidade-empresa. No final da década de 2000, um conjunto de pesquisadores brasileiros, coordenados por Suzigan, desenvolveu um diagnóstico de que estava subestimada a contribuição da universidade para o desenvolvimento tecnológico, industrial e econômico do Brasil. Nesse sentido, justificava-se o estabelecimento de um amplo projeto de pesquisa, que contou com vínculos internacionais relevantes, voltado para o estudo das interações universidade-empresa no Brasil. Esse projeto que se iniciou em meados da década de 2000 produziu resultados ao longo das décadas de 2000 e de 2010, e motivou um grande conjunto de pesquisadores a desenvolver trabalhos sobre o tema.

Um dos resultados que precisam ser destacados foi o esforço de recuperação histórica da importância e do papel da universidade para o desenvolvimento tecnológico no Brasil. Para isso, o estudo de Suzigan selecionou casos de sucesso, em que a universidade e institutos públicos de pesquisa tiveram papel fundamental na geração e difusão de novos conhecimentos e de novas tecnologias que sustentaram a competitividade da indústria brasileira. Estavam entre os casos selecionados: a agricultura de soja, que contou com o amplo suporte tecnológico da Embrapa; a aeronáutica, que se beneficiou de um amplo arranjo tecnológico e de inovação, envolvendo organismos públicos e empresas privadas; o setor de aço e ligas metálicas especiais, que também se apropriou de conhecimentos gerados em universidades brasileiras (ver Suzigan, W. & Albuquerque, E. The underestimated role of universities for the Brazilian system of innovation. *Revista de Economia Política*, 31, 03-30, 2011). Esse trabalho representou um marco no estudo das interações universidade-empresa no país e uma contribuição importante para desmistificar uma noção ainda corrente de que as universidades pouco contribuem para a inovação no Brasil.

Outro destaque foi a organização de um livro internacional sobre o mesmo tema, que traz diversas contribuições de autores brasileiros e internacionais sobre interação universidade-empresa em países em desenvolvimento (Albuquerque, E., Suzigan, W., Kruss, G., & Lee, K. Eds. *Developing national systems of innovation: university-industry interactions in the Global South*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2015). O livro apresenta uma visão do papel e da importância das interações entre empresas e universidades a partir do contexto dos países em desenvolvimento, uma vez que esse contexto difere de modo significativo do contexto dos países desenvolvidos, em que



quase todos os estudos prévios foram aplicados. Esse estudo também representou um marco na pesquisa sobre interação universidade-empresa no Brasil, e também nos países em desenvolvimento, sendo capaz de abrir uma ampla agenda de pesquisa sobre o tema, além de trazer implicações de políticas industrial, de inovação e de Ciência e Tecnologia.

Considerações finais

Este breve relato demonstra a consistência da trajetória acadêmica de Wilson Suzigan e a importância de sua contribuição ao debate nos tópicos mencionados e na formação de pesquisadores. Sua contribuição foi reconhecida com a concessão em 2007, pela Presidência da República do Brasil, do título de *Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico*.

Essa trajetória permite reconhecer a importância, abrangência e o volume das contribuições do Prof. Wilson Suzigan à Ciência em geral e à Unicamp em particular. Uma trajetória acadêmica, profissional e pessoal que representa um modelo inspirador aos atuais e futuros docentes da Unicamp e de outras universidades públicas brasileiras, tornando-o, sem dúvida, merecedor do título de Professor Emérito da Universidade Estadual de Campinas.

Campinas, 01 de março de 2023

Prof. Dr. André Tosi Furtado - IG
Profa. Dra. Leda Maria Caira Gitahy - IG
Prof. Dr. Maurício Compiani - IG
Prof. Dr. Renato Peixoto Dagnino - IG
Prof. Dr. Ruy de Quadros Carvalho - IG
Prof. Dr. Sergio Luiz Monteiro Salles Filho - IG
Prof. Dr. Sérgio Robles Reis de Queiroz - IG
Prof. Dr. Renato de Castro Garcia - IE

Documento assinado eletronicamente por **André Tosi Furtado, PROFESSOR TITULAR**, em 08/03/2023, às 11:48 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por **LEDA MARIA CAIRA GITAHY, PROFESSOR TITULAR**, em 08/03/2023, às 10:43 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por **Maurício Compiani, PROFESSOR TITULAR**, em 08/03/2023, às 20:37 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por **RENATO PEIXOTO DAGNINO, PROFESSOR TITULAR**, em 13/03/2023, às 22:35 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por **RUY DE QUADROS CARVALHO, PROFESSOR TITULAR**, em 08/03/2023, às 09:51 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, PROFESSOR TITULAR**, em 08/03/2023, às 14:51 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO ROBLES REIS DE QUEIROZ, PROFESSOR TITULAR**, em 08/03/2023, às 09:43 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por **RENATO DE CASTRO GARCIA, PROFESSOR ASSOCIADO I**, em 09/03/2023, às 08:58 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
B9797866 858144C1 A52C0C5F E072C267

